

## ALÉM DAS QUESTÕES TÉCNICAS E ECONÔMICAS: UMA REVISÃO DE VALORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Flávio Tayra\**  
*Helena Ribeiro\*\**

### Resumo

*Apesar de sua ampla aceitação e penetração popular, percebe-se que o desenvolvimento sustentável continua carregado de dúvidas, ambigüidades e contradições, das quais a mais importante seja talvez a sua dificuldade de explicitar quais os caminhos para se atingi-lo, ou seja, como sair da retórica para a ação prática efetiva. Neste artigo, fazemos um breve resgate histórico do surgimento do desenvolvimento sustentável, apresentamos e discutimos as principais críticas ao conceito e, ao final, após um pequeno balanço de seus desenvolvimentos, buscamos apresentar algumas idéias e considerações para, possivelmente, contribuir para tornar o conceito um pouco mais operacional, destacando que, mais do que uma questão de resolução técnica*

---

\* Flávio Tayra é economista, mestre em Economia, doutor em Ciências Sociais e pós-doutorando em Saúde Ambiental, na Faculdade de Saúde Pública (FSP/USP), com apoio financeiro da FAPESP.

\*\* Helena Ribeiro é geógrafa, mestre e doutora em Geografia, professora titular da FSP/USP.

*ou tecnológica, a perspectiva de um desenvolvimento sustentável demanda uma revisão de conceitos no tocante à visão de mundo materialista que temos construído e continuamos a realimentar constantemente.*

### **Palavras-chave**

*Desenvolvimento sustentável, meio ambiente, mudança cultural.*

### **Abstract**

*In spite of its wide acceptance and popular penetration, it is realized that the sustainable development continues with doubts, ambiguities and contradictions, of which the most important is maybe your difficulty in the practical action. In this article, we make an small historical rescue of the appearance of the sustainable development, the main critics to the concept and present some ideas and considerations for, possibly, to turn the concept a little more operational, highlighting that, more technical or technological resolution, the perspective of a sustainable development requires a revision of concepts concerning the vision of materialistic world that we have been building and we continued re-supply constantly.*

### **Key Words**

*Sustainable development, environment, cultural change.*

### **Considerações Iniciais**

Se tivesse nascido no Brasil, em 2005, o Desenvolvimento Sustentável estaria atingindo a sua maioridade. Lançado em 1987, no relatório que ficou conhecido pelo nome da primeira-ministra norueguesa que conduziu os trabalhos, o conceito deve ter sido um dos mais utilizados e repetidos durante a década de 1990 e princípio do Século XXI. Apesar de próximo de sua maioridade cronológica, a idéia ainda se encontra, no entanto, muito distante de sua maturidade.

A literatura sobre o conceito apresentou amplo crescimento nos últimos anos. Geral e bem-intencionado, ele encontra, porém, grandes dificuldades de implementação prática. Nesse sentido, dezenas de definições e centenas de estudos foram e estão sendo produzidos na tentativa de encontrar e definir os seus exatos limites. Apesar de todos os esforços, continua ainda marcado por múltiplas interpretações e consensos apenas pontuais.

As análises que acentuam suas qualidades positivas destacam seu caráter inovador, como uma nova filosofia de desenvolvimento econômico, que pretende substituir e superar um modelo que já se mostra esgotado, e que se mostrou gerador de profundas dissensões socioeconômicas. Fator positivo adicional, ele traz em sua concepção uma visão de longo prazo, sintonizada com os ciclos biofísicos e com as gerações futuras. E no plano do conhecimento científico, a proposta sugere a preferência por abordagens multi e interdisciplinares, denotando uma necessária reaproximação entre as ciências naturais e sociais, separadas pela departamentalização da busca do conhecimento trazida pelo avanço do racionalismo.

Alguns analistas elogiam seu posicionamento político que rejeita extremismos ou quaisquer outras atitudes que possam prejudicar seu tom conciliatório. Consideram, inclusive, que a construção da proposta de desenvolvimento sustentável teve o mérito de introduzir a temática ambiental nos debates sobre política econômica e relações internacionais, e um reconhecimento que o assunto nunca teve na duas décadas de esforços e mobilizações anteriores ao seu lançamento (Viola e Leis, 1995, p.136).

Apesar de sua ampla aceitação popular, percebe-se que o desenvolvimento sustentável continua carregado de ambigüidades e contradições, das quais a mais importante seja talvez a sua dificuldade de explicitar quais os caminhos para se atingi-lo, ou seja, como sair da retórica para a ação prática efetiva. O que, evidentemente, não é tarefa fácil. Uma revisão crítica das principais características do conceito já mostra tais dificuldades.

Neste artigo, fazemos um breve resgate histórico do surgimento do desenvolvimento sustentável, apresentamos e discutimos as principais críticas ao conceito e, no final, após um pequeno balanço de seus desenvolvimentos, buscamos apresentar algumas idéias e propostas para, possivelmente, tornar o conceito um pouco mais operacional, na expectativa de contribuir para que o conceito não se torne apenas uma idéia vaga, mas sim que se constitua, a despeito de todas as dificuldades existentes, em um forte mote para possíveis e necessárias transformações; o que acreditamos, deva ser a sua razão de existência.

### **O surgimento do conceito**

Segundo a análise de Diegues (1996), a idéia de desenvolvimento sustentável teve como um de seus principais precursores, ainda no século XIX, o engenheiro norte-americano Guifford Pinchot, que, apesar da precocidade de sua abordagem, agia dentro de um contexto de transfor-

mação da natureza em mercadoria, porém contra o *desenvolvimento a qualquer custo*, tendo se destacado por ter sido um autor bastante influente no debate entre *desenvolvimentistas* e *conservacionistas*. Pinchot acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.

O conceito do Desenvolvimento Sustentável propriamente dito foi empregado pela primeira vez em 1972. Segundo Maurice Strong, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual propriamente lançou a idéia de Desenvolvimento Sustentável, esse conceito normativo básico emergiu da Conferência de Estocolmo:

*Designado à época como “abordagem do ecodesenvolvimento”, e posteriormente nomeado desenvolvimento sustentável, o conceito vem sendo continuamente aprimorado, e hoje possuímos uma compreensão mais aprimorada das complexas interações entre a humanidade e a biosfera* (Strong apud Sachs, 1993, p.23).

Ainda segundo Strong:

*O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissoluvelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica* (Ibid).

Ignacy Sachs (1993, p.24-27), assim como Strong, empregou os conceitos de ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável como sinônimos, ampliando para cinco as dimensões de sustentabilidade<sup>1</sup>: social,

---

1. Naredo (1999, p.58) comenta que o conceito de “ecodesenvolvimento” proposto por Sachs, como termo de compromisso que buscava conciliar o aumento da produção reclamado pelos países do Terceiro Mundo com o respeito aos ecossistemas necessários para manter as condições de habitabilidade da terra, foi sobejamente utilizado nos círculos internacionais relacionados com o meio ambiente e desenvolvimento no começo dos anos 70. No seminário das Nações Unidas sobre meio ambiente promovido no México em 1974, entretanto, o termo foi vetado. Na própria declaração das resoluções de Cocoyoc adotou-se o termo; porém, alguns dias mais tarde, Henry Kissinger, como chefe da diplomacia norte-americana, manifestou sua desaprovação ao texto, vetando o termo ecodesenvolvimento, que foi substituído mais tarde pelo desenvolvimento sustentável, que podia ser mais facilmente confundido com o desenvolvimento auto-sustentado, introduzido anteriormente por Rostow.

econômica, ecológica, espacial (voltado para uma configuração rural-urbana equilibrada) e cultural (respeito às especificidades culturais). Mais tarde, incorporou-se uma sexta dimensão: a política.

A partir da incorporação dos elementos propostos por Sachs, em 1987, foi apresentado o Relatório *Nosso Futuro Comum*, já mencionado, que se tornou popularmente conhecido como *Relatório Brundtland* em alusão ao nome da primeira-ministra norueguesa que coordenou os trabalhos. O Relatório veio atentar para a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso em todo o planeta e, a longo prazo, ser alcançado pelos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Nele, apontou-se a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. O relatório criticou o modelo adotado pelos países desenvolvidos, por ser insustentável e impossível de ser copiado pelos países em desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais. Cunhou, desta forma, o conceito, mais popularmente conhecido, de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, *o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades* (WCED, 1991, p.49).

Neste conceito foram embutidos pelo menos dois importantes princípios: o de necessidades e o da noção de limitação. O primeiro trata da equidade (necessidades essenciais dos pobres) e o outro se refere às limitações que os estágios da tecnologia e da organização social determinam ao meio ambiente (WCED, 1991, p.46). Já que as necessidades humanas são determinadas social e culturalmente, isto requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas. Desta forma, o desenvolvimento sustentável engloba a idéia de compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Preconiza que as sociedades atendam às necessidades humanas em dois sentidos: aumentando o potencial de produção e assegurando a todas as pessoas as mesmas oportunidades (gerações presentes e futuras).

Nessa visão, o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de equilíbrio, mas sim de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à distribuição de custos e benefícios. Na sua essência,

*é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento*

*tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas* (WCED, 1991, p.49).

Com efeito, percebe-se que os ideais do Desenvolvimento Sustentável são bem maiores do que as preocupações específicas, como a racionalização do uso da energia, ou o desenvolvimento de técnicas substitutivas do uso de bens não-renováveis ou, ainda, o adequado manejo de resíduos. É, principalmente, o reconhecimento de que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indiscutivelmente interligados. Nenhum desses problemas fundamentais pode ser resolvido de forma isolada, na busca de parâmetros ditos como aceitáveis, visando à convivência do ser humano numa base mais justa e equilibrada.

Destacam-se, assim, os pontos centrais do conceito de Desenvolvimento Sustentável elaborados pela CMMAD e contidos no relatório Nosso Futuro Comum (WCED, 1991) e que se tornaram a linha mestra da Agenda 21: em linhas gerais, o desenvolvimento sustentável seria o tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Desta forma, o desenvolvimento sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações *em desenvolvimento*, mas também pelas industrializadas.

### Meios e fins

É quase impossível alguém ser contra os objetivos e fins do desenvolvimento sustentável. No tocante aos seus objetivos, ele apresenta quase que um consenso, um ideal a ser alcançado, uma idéia, para muitos, utópica (o que não deveria ser um demérito ao conceito). Na busca de tal consenso político (realista e diplomático para alguns, superficial e impreciso para outros), o Relatório Brundtland teve também a preocupação de não ferir interesses diretamente envolvidos na questão, apresentando um tom eminentemente conciliador.

Se no tocante à finalidade do conceito parece não haver margem de dúvidas, quanto aos meios, o consenso se evapora. Na busca da conciliação, o Relatório não apresenta as críticas à sociedade industrial e ao *modus operandi* capitalista que caracterizaram os debates dos anos 1970; com isso, combate a idéia do *Crescimento Zero* e demanda cresci-

mento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. O mercado e o crescimento econômico continuam sendo a solução para os problemas.

O economista espanhol José Manuel Naredo (1996, p.530-31) coloca que a maior parte da indefinição acerca do propósito e viabilidade do desenvolvimento sustentável parte da indefinição que procede do empenho de conciliar o crescimento (ou o desenvolvimento econômico) com a idéia de sustentabilidade, quando cada um destes dois conceitos se refere a diferentes níveis de abstração e sistemas de racionalidades. As noções de crescimento econômico encontram sua definição nos agregados monetários homogêneos de produção que segrega a idéia usual de sistema econômico, ao passo que a preocupação pela sustentabilidade recai sobre processos físicos singulares e heterogêneos. Com efeito, a idéia de crescimento (ou desenvolvimento) econômico com que trabalha os economistas encontra-se desvinculada do mundo físico e não tem outro significado concreto e suscetível de medir se não com o aumento dos agregados de renda e produto nacional — ou seja, os agregados monetários —, que por definição fazem abstração da natureza física heterogênea dos processos que os geram, carecendo, por isso, de informação e de critérios para avaliar a sustentabilidade destes últimos.

Para os não-economistas, esse é justamente um dos pontos mais vulneráveis do conceito, ou seja, a sua tendência economicista, a supervalorização da dimensão econômica em detrimento de aspectos culturais, sociais e políticos que são também focos de análise da questão. Nesse sentido, alguns ambientalistas se queixam de que o seu conceito de desenvolvimento sustentável estaria sendo distorcido e reinterpretado como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, quando, ao menos em tese, reivindica mudanças essenciais na estrutura de produção e consumo, uma nova ética comportamental e o resgate dos interesses sociais coletivos (Herculano, 1992).

Minimizando a importância do conceito, Ribeiro (1991) argumenta que as discussões sobre o desenvolvimento sustentável apontam mais que para um delineamento, para uma posição pragmática, um meta-relato com características utópicas, com o objetivo de estabelecer um campo discursivo comum, possibilitando alianças entre ambientalistas e agentes sociais interessados em crescimento econômico. Para esse autor,

o fato de se referir a um meta-relato utópico e totalizante proporciona uma alta eficácia ao ambientalismo em geral e lhe permite se constituir em um campo de negociação política, articulando e neutralizando interesses divergentes internamente ao campo político. Desta forma, o desenvolvimento sustentável

*(...) resgata os sonhos do Iluminismo, da razão prática, de racionalidade via adequação dos meios aos fins últimos (planejamento e tecnologias bem articuladas produzem desenvolvimento sustentável) e os funde, em maior ou menor grau, na sua variabilidade de formulações, com uma razão contemplativa, histórica, romântica, que apela para a natureza como modelo de harmonia e possibilidade utópica de sobrevivência (Ribeiro, 1991, p.84).*

Em sua crítica ao conceito, Stahel (1995) desenvolve uma análise sobre o funcionamento do capitalismo, a partir da noção de entropia<sup>2</sup>, procurando as sintonias entre os ritmos econômico e biofísico. Compara o significado dos tempos biosférico e econômico, observando ser o tempo biosférico circular, orientado pelo princípio da estabilidade, da contínua reciclagem e pelos baixos níveis de entropia, ao passo que, o tempo econômico, introduzido pelo capitalismo, é marcado pela expansão constante, concorrência de mercado, pelas constantes inovações e pela instabilidade.

Segundo Stahel, a aceleração do tempo, característica da lógica capitalista, rompe com o tempo circular e com a estabilidade biosférica, acelerando os processos de degradação entrópica. Maior produtividade e competitividade representam geração de alta entropia, lixo e poluição crescentes. Nesse descompasso temporal, entre a aceleração do tempo econômico e a incapacidade de adaptação do tempo biosférico, se origina a crise ambiental. Stahel afirma que o modelo de desenvolvimento

---

2. A introdução do conceito de entropia no debate deve-se originalmente a Nicholas Georgescu-Roegen, que interpretou os limites do crescimento econômico por uma perspectiva biofísica, introduzindo princípios da teoria da entropia, para demonstrar a total impossibilidade de um desenvolvimento exponencial a partir de uma base de recursos escassos. Propõe a consideração da natureza no cálculo econômico, ou melhor, para sugerir que o sistema econômico, apesar de sua aparente autonomia, não passa de mero subsistema do ecossistema biofísico, do qual depende como fonte supridora de recursos e como meio em que deposita os resíduos finais das atividades de produção e consumo (Georgescu-Roegen, 1971).



capitalista, sob a ótica da lei da entropia, se mostra insustentável e o discurso da sustentabilidade no contexto de uma economia de mercado não passa de uma ilusão<sup>3</sup>.

### **Sustentabilidade e mercado: ilusão?**

Além de ter aumentado a percepção do mundo em relação aos problemas ambientais, o conceito trouxe também uma postura um pouco mais identificada com os interesses dos países em desenvolvimento, expondo a importância da cooperação e do multilateralismo. Nesse sentido, o Relatório Brundtland propôs que a possibilidade de um estilo de desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligada à eliminação da pobreza, à satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação<sup>4</sup>.

Segundo Sachs (1986), numa análise que foi corroborada pelas conclusões do Relatório Brundtland, se a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos socioambientais. Uma observação mais simples da realidade, por seu turno, nos mostra que são mais pobres aqueles que não possuem emprego e formação adequada; por conseqüência, esses são também os que têm mais filhos. Com isso, pobreza e crescimento populacional caminhariam juntos no agravamento da situação ambiental. Organização econômica, sociedade e meio ambiente estão, no entanto, mais interligados do que análises superficiais possam mostrar.

A referência ao excedente populacional traz à baila os países que possuem taxas de crescimento demográfico superiores a 2% anual, ou

---

3. Na mesma trilha da análise justaposta às bases físicas, Naredo (1996) mostra que também na ecologia o conceito é importante, embora deva se considerar que os sistemas sustentáveis na natureza que foram utilizados como modelos de gestão do meio ambiente e dos recursos, o foram sem referência às diferenças introduzidas pelas necessidades e opções humanas. Na dimensão política do conceito de sustentabilidade aparecem dois elementos distintos, mas relacionados, quais sejam, a influência, que deve ser atribuída à ação do homem, e a estrutura social, respectivamente, na determinação do processo político por meio do qual é gerido o meio ambiente, e a relação entre conhecimento e poder em relação à resistência popular frente às visões que predominam no mundo com respeito ao meio ambiente e aos recursos. Aspectos que foram deixados de lado na formulação do conceito.

4. E, aliado a tudo isto, à alteração da matriz energética, privilegiando fontes renováveis e o processo de inovação tecnológica.

seja, os países pobres, ou não-desenvolvidos. Segundo Foladori (2001, p.57), *pobreza e crescimento populacional podem ser claramente identificadas com aquela população que não entra no mercado de trabalho, ou o faz de forma marginal ou limitada*. Se a pobreza e o excedente populacional contribuem para a piora na situação ambiental, uma possível solução para amenizar tal estado de coisas seria o acesso ao mercado de trabalho, porém, a impossibilidade ou a dificuldade de que isso ocorra já demonstra de forma mais aprofundada o problema que realmente se apresenta.

O desemprego e a pobreza conseqüente estão diretamente relacionados com a forma de organização e estruturação do sistema capitalista. E se o debate ambiental ganhou grande vivacidade a partir dos anos 1970, com o debate dos *Limites do Crescimento*, foi também a partir desta data que se passou a manifestar de forma muito mais intensa o que atualmente se chama de desemprego tecnológico, o que Marx já chamava de substituição do trabalho vivo pelas máquinas.

A lei de substituição de homens por máquinas é conhecida como a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital. Por esta tendência, enquanto uma empresa melhorava o capital fixo e deslocava operários, outras surgiam, absorvendo de alguma forma o pessoal excedente das primeiras. Para cada grande revolução tecnológica este movimento de deslocamento e absorção se alterava, em favor do deslocamento e em detrimento das novas absorções. Com a revolução da microeletrônica aplicada à produção, desde meados dos anos setenta, a situação tornou-se mais pronunciada e, com isso, crítica. Ou seja, cada vez mais se gera menos empregos.

Com tal estado de coisas, segundo Foladori (2001), a partir de dados da PNUD, a situação da pobreza no mundo piorou nos últimos 50 anos, tanto em termos absolutos como relativos. Há pouco mais de cinquenta anos, em 1947, o número de pobres era de 400 milhões, o que equivalia a 17,4% da população mundial. Em 1997, o número de pobres era de 1,3 bilhões, o que representava 22,8% da população mundial. Ou seja, nos últimos cinquenta anos a quantidade de pobres aumentou em 900 milhões, e em termos relativos quase alcançou 1/4 da população mundial.

Reverter tal situação é um dos grandes desafios da atualidade, embora já se saiba, desde a década de 1970 — quando da publicação

do relatório Meadows (1978) —, que se todos os pobres do mundo um dia chegarem a atingir o padrão de consumo dos cidadãos dos países ricos (ao menos ao nível da tecnologia atual disponível), o planeta entrará rapidamente em colapso devido à exaustão dos recursos naturais. Ou seja, para se atingir uma sociedade mais sustentável, além de aumentar a renda dos pobres, cabe também mudar o comportamento do padrão do consumo dos países desenvolvidos, altamente demandante de recursos naturais. No entanto, verificam-se sinais de que a nossa sociedade parece estar cada vez mais orientada a uma uniformização deste tipo de consumo. A popularização do conceito de *globalização dos mercados* na última década é uma demonstração clara disso.

Para fazer parte desse jogo do comércio internacional, um conceito imperativo é o de competitividade, a capacidade de se produzir mais e com maior eficiência, isto é, com custos mais baixos. Um indicador básico na avaliação de competitividade é a noção de produtividade por trabalhador, que se viu incrementada sobremaneira nos últimos anos, devido tanto a uma melhor especialização da mão-de-obra como também a um aumento da tecnologia incorporada ao processo produtivo que, via de regra, conduz a um enxugamento de pessoal. Em um cenário de sofisticação cada vez maior da produção se torna fundamental o investimento em formação do trabalhador, para que ele possa se inserir no mercado de trabalho; porém, mais uma vez, os cidadãos de baixa renda se vêem prejudicados, tornando-se ainda mais alijados do processo.

A propagação da idéia do desenvolvimento sustentável, divulgando a necessidade de se buscar uma nova forma de organização, atentando para o aspecto de que a pobreza e a degradação ambiental caminham paralelas é auspiciosa, a despeito de sua vaguidade. A discussão sobre a crise ambiental tem evoluído em nível global no sentido que mostra que a lógica da atual forma de organização do sistema econômico baseada em escolhas do mercado voltadas apenas para o lucro financeiro é insuficiente para a melhoria das condições de vida dos habitantes e do próprio planeta.

### **Desenvolvimento sustentável, uma avaliação preliminar.**

A forma de organização econômica capitalista encontrou sua maneira de expansão na contínua criação de novas necessidades, o que demanda maior consumo e que na outra ponta imprime maior ritmo de atividade

e crescimento econômico, índice desejado por todos, que fomenta ainda maior consumo, o círculo virtuoso do capital. A luta por maiores parcelas desse consumo, pelas partes ofertantes, estimula ainda mais o seu desenvolvimento e, por decorrência, uma maior utilização dos recursos naturais. O limite para expansão de tal lógica parece ser o limite físico do meio ambiente.

Atentar para esse aspecto constitui-se num dos maiores desafios do nosso tempo. Como inserir no sistema econômico uma variável de preocupação intra e inter gerações e com o meio ambiente? Como impor limites à *máquina do crescimento* e ainda assim prover as necessidades dos consumidores?

As dificuldades para sua efetivação parecem decorrer de dois fatores primordiais: o primeiro se refere ao predomínio da visão de curto prazo, uma vez que o sistema de economia de mercado que fomenta a exploração de recursos, na busca por uma maior eficiência, estimula uma formação dos preços no mercado caracterizada por uma concepção que negligencia o longo prazo e deposita uma fé desmesurada nos possíveis impactos positivos de um desenvolvimento tecnológico implicitamente estimulado; o segundo aspecto (na outra ponta) é o desejo individual, cada vez mais estimulado de consumir — em que parece cada vez mais difícil situar a fronteira entre uma necessidade *autêntica* e uma *fictícia* —, em particular, nas nações mais industrializadas, mas que vem progressivamente sendo adotado em países em desenvolvimento. A universalização desse padrão parece encontrar, mais uma vez, seus limites na capacidade de carga do planeta.

Porém, ao mesmo tempo em que se verifica a necessidade de uma redução do consumo nos países mais desenvolvidos — diante da virtual impossibilidade física da expansão de um determinado padrão vigente e continuamente difundido —, a fome progride nos países pobres (evidenciando a existência de um consumo reprimido) e o desemprego atinge vários milhões de habitantes do planeta (inclusive dos países ricos), decorrendo daí problemas ambientais específicos como a invasão das cidades, que culminam, por exemplo, na ocupação desordenada das suas periferias e na exploração predatória de recursos naturais por parte das populações rurais pobres, que refletem e acabam por reforçar mecanismos de exclusão social. A receita usual para o tratamento do problema: crescimento econômico.

Qual seria a alternativa a esse círculo que se pretende virtuoso? Uma superação da lógica do crescimento econômico não parece ser uma medida de tão fácil execução. A crise econômica geral — a partir dos anos 80 do século XX — mostrou que a questão requer uma análise mais acurada. Nesse contexto, o crescente desemprego faz com que as pessoas clamem, com cada vez maior ardor, por maiores taxas de crescimento econômico. O mesmo crescimento econômico que, pela visão tradicional dos economistas, pode ser obtido por meio do grande desenvolvimento tecnológico que as formas competitivas de mercado estimulam. Por outro lado, a manutenção de tal lógica pode levar ao ocaso do próprio sistema, dado que a sua expansão — entendida aí, a extensão deste padrão de crescimento, com seus valores, aos mercados ditos emergentes — tende a levar os recursos naturais do planeta à exaustão, como alertam os ecologistas.

Como fica o desenvolvimento sustentável nesse cenário? Antes de tudo, é preciso reconhecer que as discussões sobre o que venha (ou pode vir) a ser o desenvolvimento sustentável incitaram um grande debate que conseguiu mostrar todas as suas contradições (sobre o conceito em si e sobre seu foco de atuação); e esse é apenas um de seus lados positivos. É interessante perceber também que, ainda que preocupados exclusivamente com sua imagem comercial, muitas empresas e companhias passaram a dar muito maior importância à questão ambiental, melhorando muitos de seus indicadores ambientais. O problema é que, ao mesmo tempo em que melhoram seus indicadores, tais empresas continuam a atuar dentro de uma lógica de crescimento econômico que fomenta cada vez mais produção (que na outra ponta se traduz em maior consumo de recursos), para fornecer mais e mais produtos a serem consumidos, que se traduzirá em maiores ganhos monetários (indicador de competitividade), mola mestra de tal sistema. Observa-se, desta forma, que ainda que exista tal preocupação amplamente disseminada, os objetivos do desenvolvimento sustentável parecem ainda distantes de seus objetivos iniciais de propagar um consumo sustentável.

Pelo lado da produção, a questão da satisfação das necessidades básicas parece ser um debate acabado. Técnica e economicamente, a luta pela existência material foi vencida. Segundo Amartya Sen, a luta pela verdade e por aquela necessidade indescritível, a beleza, poderia começar agora, desimpedida por qualquer das necessidades mais baixas. Nesse sentido, o objetivo mais abrangente da economia seria a promoção do

*desenvolvimento humano*, visto como um processo de emancipação de necessidades que forçam o ser humano a *viver ou ser menos* (Sen, 1984, p.510). No entanto, tal ganho de eficiência não é percebida por pelo menos 1/4 da população humana do planeta, ao mesmo tempo em que para a parcela restante das pessoas é incentivado e estimulado um nível de consumo muito além de suas necessidades, representando um impacto perigoso sobre os recursos naturais e fomentando uma ordem despreocupada com os declarados objetivos do desenvolvimento sustentável.

Mais do que uma questão de resolução técnica ou tecnológica, a perspectiva de um desenvolvimento sustentável demanda uma revisão de conceitos no tocante à visão de mundo que temos construído e continuamos a re-alimentar constantemente. Uma mudança cultural.

### Considerações finais

Em linhas gerais, percebe-se que o objetivo do desenvolvimento sustentável é tornar o padrão vigente de desenvolvimento capaz de deixar para as gerações futuras um legado que lhes garanta a sobrevivência. A herança se traduziria nas condições da espécie humana se perpetuar, o que está relacionado com algumas dimensões a serem observadas para se alcançar a sustentabilidade, como a eliminação da pobreza e a conservação de recursos básicos para a vida.

Alcançar tais objetivos pressupõe, no entanto, uma profunda revisão dos valores e ideais de vida que estão diretamente relacionados a uma visão de mundo que tem sido construída nos últimos séculos e no modelo capitalista alcançou (ou parece ter alcançado) o seu apogeu: um mundo de extrema competitividade, movido pela incessante criação de necessidades, motor do crescimento econômico.

Um grande número de economistas (principalmente os neoclássicos) deposita uma especial fé na tecnologia para superar os impasses ambientais, assim como acreditam que a liberdade do mercado tende a formatar a melhor divisão e configuração de rendas no mercado. Um agravante, como se pôde observar, é que a grande revolução tecnológica das últimas décadas, que se traduziram, em linguagem econômica, num grande aumento de competitividade torna ainda mais difícil a geração de postos de trabalho, contribuindo para um aumento da taxa de desemprego, ao passo em que alguns países, alijados ainda mais do mundo da economia competitiva, mergulham cada vez mais na pobreza e, no mais das vezes,

na fome. Simultaneamente, nos países mais ricos (ou em vias de se tornarem), parcelas expressivas de suas populações despendem seus recursos na aquisição de bens supérfluos, no consumo compulsivo (drogas, comidas, compras) e se vêem às voltas, em número crescente, com problemas como estresse e depressão, envolvidos que estão em um mundo de extrema competitividade, numa constante pressão por desempenho. Os problemas são sentidos com muito maior agudeza nos países pobres, mas nos países ricos também já se verificam sintomas (de outra ordem) do mesmo problema.

Ao mesmo tempo em que muitas pessoas não conseguem acesso aos recursos para a satisfação de suas necessidades mais básicas, outras têm sua vida inundadas por um oceano de necessidades criadas para que elas consumam e continuem a imprimir dinâmica ao modelo de crescimento vigente. Numa busca de maior equilíbrio, é de se perguntar se o atendimento das necessidades mais básicas dos pobres não haveriam de dar um sopro de continuidade ao processo econômico, ao mesmo tempo em que teria de ser compensado nos países mais ricos, numa escala mais ampla, por uma diminuição do consumo que absorve um grande teor energético, que é, no mais das vezes, produzido para ser desperdiçado, o que conduz à insustentabilidade do sistema. E os habitantes dos países ricos poderiam se empenhar um pouco mais na busca do desenvolvimento humano, da verdade e da beleza, a verdadeira qualidade de vida.

A busca de um maior equilíbrio na produção e consumo entre os diferentes países poderia ser objeto de reflexão e estudos de ordem distributiva. Parecem existir mecanismos para isso. Mas isso, só seria possível se a mudança nos países ricos começasse antes: a tal profunda revisão de valores e ideais, apenas implicitamente enunciada pelo conceito do desenvolvimento sustentável.

### **Bibliografia**

- DIEGUES, A.C.S. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec.
- FOLADORI, G. (2001). *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1971). *The entropy law and the economic process*. Cambridge MA): Harvard University Press.

- HERCULANO, S. C. (1992). Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz.. In GOLDENBERG, M. (org.) *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan.
- MARGALEF, R. (1975). *Ecologia*. Barcelona: Omega SA.
- MARGALEF, R. (1980). *La biosfera, entre la termodinámica y el juego*. Barcelona: Omega SA.
- MARGULIS, S. (1990). *Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos*. Brasília: IPEA/PNUD.
- MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. (1978). *Limites do crescimento, um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- NAREDO, J.M. (1996). *La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. Madri: Siglo Veitiuono de España Editores.
- NAREDO, J.M. (1999). *Desarrollo económico y deterioro ecológico*. Madri: Fundación Argentaria.
- RIBEIRO, G.L. (1991). Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado, nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*. São Paulo/USP, nº 34, p.59-101.
- SACHS, I. (1986). *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Studio Nobel/Fundap.
- SEN, A. K. (1984). *Resources, Values and Development*. Oxford: Blackwell; Cambridge, MA: Harvard University Press.
- STAHEL, A.W. (1995). Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis. In CAVALLANTI, C. (org.) (1998). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez. Recife (PE), Fundação Joaquim Nabuco.
- VIOLA, E. e LEIS, H. (1995). A evolução das políticas ambientais no Brasil. In HOGAN, D. e VIEIRA, P. *Dilemas Sócio-ambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Unicamp.
- WCED (1987). *Our common Future*. Oxford: Oxford University Press.



